

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 7 | Número 1 | Janeiro – Junho 2013

ISSN 1981-5875

**ENTRE A PERMISSÃO E A INTERDIÇÃO DO LUGAR:
O PASSADO IDEALIZADO NA CERÂMICA DA
CIDADE DE GOIÁS**

**BETWEEN THE PERMISSSION AND
THE INTERDICTION: THE IDEALIZED PAST
IN THE POTTERY FROM GOIÁS**

Gislaine Valério de Lima Tedesco



Data de recebimento: 25/12/2012

Data de aceite: 1/2/2013

ENTRE A PERMISSÃO E A INTERDIÇÃO DO LUGAR: O PASSADO IDEALIZADO NA CERÂMICA DA CIDADE DE GOIÁS

BETWEEN THE PERMISSION AND THE INTERDICTION: THE IDEALIZED PAST IN THE POTTERY FROM GOIÁS

Gislaine Valério de Lima Tedesco¹

RESUMO

Neste artigo analiso as reações da comunidade vilaboense diante dos resultados da pesquisa arqueológica realizada na cidade de Goiás (GO). A cerâmica encontrada nas escavações aponta a participação do negro africano e seus descendentes escravizados em Vila Boa de Goiás, nos séculos XVIII e XIX, na confecção de utensílios cerâmicos utilizados pela população em geral. Porém, para muitos agentes da cidade sua tradição oleira é uma herança indígena, não reconhecendo a participação dos negros neste processo. Busco então, refletir sobre o que poderia ocultar e silenciar este processo de atribuição de uma outra identidade aos ceramistas do passado.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica, Cidade de Goiás, Utensílios Cerâmicos

RESUMEN

En este artículo analizo las relaciones de la comunidad “vilaboense” en función de los resultados de la investigación arqueológica realizadas en la ciudad de Goiás (GO). La cerámica encontrada en las excavaciones evidencia la participación de grupos negros africanos y sus descendientes esclavizados en la “Vila Boa de Goiás”, durante los siglos XVIII y XIX, en la confección de utensilios cerámicos empleados

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora efetiva e coordenadora do Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás. gislainevl@hotmail.com

por la población. Sin embargo, para muchas personas, la tradición cerámica es parte de una herencia indígena, no reconociendo la participación de los negros en este proceso. Así, busco reflexionar sobre lo que podría ocultar y silenciar este proceso de atribución de una identidad distinta a los ceramistas del pasado.

Palabras-clave: Arqueología histórica, ciudad de Goiás, vasijas cerámicas

ABSTRAT

In this article, I discuss how members of the local community of the City of Goiás (Goiás state) reacted to the archaeological investigations carried out in this city. The analysis of pottery found in excavations indicates the involvement of African-descendant slaves in the production of these vessels during the Eighteenth and Nineteenth centuries. However, a number of local agents reject the involvement of African-descendants, affirming that local pottery production actually comes from an Indigenous heritage. In this article, I discuss this issue. I explore the silences and hidings in local discourses, and the mechanisms responsible for the attribution of particular identities for potters from the past.

Key-words: Historical archaeology, city of Goiás, ceramic vessels

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte de minha tese de doutorado na qual utilizei dados obtidos na pesquisa arqueológica realizada na cidade de Goiás.² Ao longo de doze anos realizando escavações arqueológicas na cidade, fui constantemente inquerida, por diferentes agentes locais e de outras regiões, sobre a existência de vestígios arqueológicos relacionados aos Índios Goyases.

Segundo relatos de cronistas e viajantes do século XIX (Taunay, 1961; Silva e Souza apud Teles, 1978; Alencastre, 1979), Bartolomeu Bueno da Silva, tanto Bartolomeu pai, em 1682, quanto o Bartolomeu Filho, em 1727, em bandeira de exploração do território da colônia portuguesa, teriam encontrado ouro na região onde viviam os índios Goyases. Da descoberta surgiriam os arraiais de Sant'Ana, Barra, Ouro Fino e Ferreiro (Alencastre, 1979).

Provavelmente, por esta razão, muitos vilaboense e turistas que visitam a cidade acreditam que os restos da antiga aldeia encontram-se onde hoje é a cidade de Goiás. Por diversas vezes ouvi de transeuntes: *Vai encontrar índio Goyá enterrado ai nesses buracos em!?* Ou ainda: *Tão procurando ouro? Mais um pouco vocês encontram o cascalho que tem ouro!* O imaginário coletivo relacionado a Bartolomeu Bueno, seu suposto encontro com os índios Goyases e a descoberta do ouro ainda permeiam a mente do vilaboense, afinal é parte do mito de origem da cidade. (Tamaso 2008)

Além disso, a tradição oleira local é considerada por vários agentes uma herança indígena, e a participação dos negros, por algum motivo, foi excluída deste processo.³ A atribuição indígena é ensinada nas escolas e constantemente divulgada pelos veículos de comunicação, como jornais, sites de internet, entre outros. Entretanto, percebi desde as primeiras escavações que os fragmentos de cerâmica coletados possuem elementos, principalmente os decorativos, que os associam a alguns grupos de africanos integrantes do processo de escravidão na Capitania de Goiás.

A divulgação dos primeiros dados arqueológicos para a comunidade local gerou reações inesperadas. O cidadão comum, a elite cultural da cidade⁴, e

2 Em 2000 a cidade de Goiás passou por adequações para obtenção do Título de Patrimônio da Humanidade. Por se tratar de obras que promoveriam intervenções no subsolo, o antigo núcleo urbano de Vila Boa de Goiás, hoje centro histórico, passou por pesquisa arqueológica preventiva, quando foram coletados testemunhos materiais relacionados aos antigos habitantes da Vila.

3 Bourdieu salienta que a construção de um campo patrimonial se dá em conjunto com a desapropriação do bem cultural daqueles que são excluídos. (Bourdieu, 1992:39)

4 Elite cultural da cidade de Goiás será entendida aqui a partir da definição de Tamaso (2007), *denomino elite cultural aqueles vilaboenses que independente de capital econômico (uma vez que podem ou não portá-lo) permanece de posse de significativo capital e, por vezes, político.* (Tamaso, 2007:11).

aqueles ligados à gestão do Patrimônio Cultural manifestaram-se contrários à relação entre negros africanos e a cerâmica de Vila Boa de Goiás confeccionada nos séculos XVIII e XIX. À medida que a pesquisa avançou, o estranhamento foi se consolidando e as reações contrárias foram se tornando mais diretas.

O estranhamento foi uma via de mão dupla, uma vez que também nutri este sentimento em relação ao posicionamento da comunidade, pois os elementos que visualizava nos objetos arqueológicos não me permitiam identificar traços indígenas na cerâmica. Assim, num primeiro momento, ignorei a resistência presente em algumas narrativas. Minha atenção se voltava completamente para os dados obtidos nas fontes materiais. Cheguei a imaginar que uma maior divulgação dos dados arqueológicos poderia fazer a população compreender que o negro tinha sido responsável pelo abastecimento das residências vilaboenses nos séculos XVIII e XIX.

Contudo, as contínuas reações da comunidade me levaram a refletir sobre permissão e interdição do lugar na perspectiva de DeCerteau (2006). Para ele, “o lugar e a sociedade torna possível algumas pesquisas e proíbe outras, excluindo do discurso aquilo que é sua condição em um momento dado”. (De Certeau, 2006: 77). A partir deste campo de tensão busquei identificar o que de fato incomodava aqueles que relutavam com a possibilidade dos utensílios cerâmicos utilizados pela população de Vila Boa de Goiás terem sido confeccionados por negros no passado.

O posicionamento de alguns vilaboenses poderia ser sinalização desta comunidade sobre o que ela elegeu para silenciar ou esquecer frente às minhas interpretações a propósito dos elementos de africanidade identificados nos fragmentos de cerâmica arqueológica? Teriam os ceramistas negros dos séculos XVIII e XIX vivenciado enfrentamentos com a sua forma de decorar os utensílios cerâmicos? Quais experiências haviam sido vivenciadas no contexto da produção cerâmica com elementos simbólicos de grupos de negros ceramistas?

O que levou os ceramistas vilaboenses a promoverem mudanças nos utensílios cerâmicos ao longo do tempo e a elaborarem novo projeto de memória e identificação dos ceramistas do passado? Seriam enfrentamentos vivenciados ou interferências de outros setores da comunidade? Teriam os ceramistas se deparado nessas vivências com situações traumáticas, como aquela vivida na escravização e/ou repressão a manifestações religiosas acarretando, o que sugere Freud, a separação do sujeito do acesso ao simbólico? (Freud *apud* Gagnebin, 2004:87)

Se grupos indígenas não participaram da produção da cerâmica em Vila Boa de Goiás, seria esta atribuição uma reencenação de um passado idealizado, onde elementos da cultura indígena seriam mais aceitos do que a cultura africana? Segundo Bhabha, (...) *ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição. Este processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição “recebida”*. (1994:22)

Percebi, a partir de reflexões de Bourdieu (1992), a importância de compreender o contexto histórico, no qual as mudanças dos códigos de significações presentes nestes objetos foram operadas, tendo como ponto de partida a cerâmica arqueológica e os ceramistas do passado, chegando aos objetos produzidos e comercializados atualmente em diferentes pontos da cidade de Goiás.

Para obter dados sobre esse contexto foi relevante inserir entre minhas fontes as narrativas de algumas ceramistas, e de agentes oficiais de proteção aos bens patrimoniais da cidade de Goiás, para tentar compreender o silenciamento dos negros ceramistas dos séculos passados e a invisibilidade de seu *saber fazer* cerâmica na cidade de Goiás.

Nas entrevistas com pessoas que possuem laços com a produção ceramista, procurei ficar atenta às narrativas para perceber silêncios propositais, os dados eleitos por estes narradores, seus vínculos de afinidades, observando os apontamentos de Bosi (2004) que afirma: *a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns.* (Bosi, 2004:31)

Além disso, os indivíduos podem criar razões verbais que explicam determinadas questões, e estas razões não são corretas ou incorretas e sim uma interpretação de um texto em distintos contextos verbais e sociais. E nesta perspectiva, o pesquisador deve identificar versões superpostas, e muitas vezes incoerentes, e compreender suas inter-relações. (Hodder, 1988:179)

Sendo assim, perceber os diferentes sentidos identitários atribuídos a estes objetos, nos diferentes contextos temporais que estão inseridos, se revelou fundamental para refletir a que estiveram relacionados, bem como perceber o que estivera em jogo para promover tais mudanças, pois, *toda identidade é múltipla, inacabada, instável, sempre experimentada mais como uma busca que como um fato* (Agier, 2001:10).

Assim, para esta reflexão faço uma análise, na primeira parte, sobre o processo de construção da identidade indígena atribuída ao *saber fazer* cerâmica, os agentes envolvidos neste processo e a participação da comunidade vilaboense, em especial os ceramistas, buscando refletir sobre os vários contextos temporais em que estes objetos estiveram inseridos.

Apresento também alguns dados sobre a participação de agências de proteção ao Patrimônio Cultural na consolidação desta identidade indígena ao divulgar e patrimonializar este bem cultural através dos veículos de comunicação e no Dossiê da cidade de Goiás, elaborado para o requerimento e candidatura ao Título de Patrimônio da Humanidade.

Na segunda parte analiso as narrativas de Dona Alicinha, ceramista da cidade de Goiás, e suas memórias elaboradas a partir de suas experiências no aprendizado

do *saber fazer* cerâmica com sua mãe, avó, e sua trajetória na produção ceramista na cidade de Goiás. Nas memórias da ceramista procuro me distanciar das instituições religiosa e de proteção ao patrimônio, na tentativa de perceber pontos de vistas contraditórios, ou pelo menos distintos do discurso oficial. (Bosi, 2004)

Assim, espero atender a uma demanda que acredito ser importante: a de fornecer para aqueles que vivem sobre o sítio arqueológico – Cidade de Goiás – elementos para um melhor entendimento sobre um passado ao qual estão intimamente ligados por pertencem às famílias tradicionais vilaboenses, mas principalmente para evidenciar alguns indícios do apagamento de parte do projeto de memória e identificação de negros ceramistas dos séculos passados.

A CERÂMICA DOS “ÍNDIOS GOYASES”

– UM MITO DE ORIGEM DA CERÂMICA VILABOENSE?

Neste item realizo alguns apontamentos à cerca da identidade indígena atribuída ao *saber fazer* cerâmica e aos utensílios confeccionados na cidade de Goiás. Essa discussão tem como objetivo compreender o processo de construção desta atribuição identitária e a invisibilidade do negro ceramista neste processo de confecção dos utensílios domésticos da cidade de Goiás.

Apresento também alguns dados sobre a participação de agências de proteção ao Patrimônio Cultural na consolidação desta nova identidade por meio de ações de divulgação dos bens culturais existentes na cidade de Goiás, entre eles a tradição oleira como herança indígena reafirmada em importantes veículos de comunicação.

As manifestações de rejeição à participação do negro escravizado nos séculos XVIII e XIX na confecção de utensílios cerâmicos em Vila Boa de Goiás foram acompanhadas, em vários momentos, da defesa da herança indígena atribuída ao *saber fazer* cerâmica.

Percebi, inclusive, certa expectativa por parte da população vilaboense, principalmente daqueles que vivem no centro histórico da cidade de Goiás, de que nas escavações arqueológicas encontraríamos elos da produção atual com a cerâmica indígena do passado.

Entretanto, do total das áreas pesquisadas não foi encontrado nenhuma evidência da presença indígena no núcleo urbano da Vila. É importante salientar que a cerâmica confeccionada pelos vários grupos indígenas que ocupavam a região central do Brasil, inclusive aqueles que habitavam locais próximos de Vila Boa de Goiás, apresenta diferenças culturais significativas em relação a cerâmica coletada

nas escavações arqueológicas realizadas na cidade de Goiás.⁵ Se ceramistas de origem indígena não participaram da produção de utensílios cerâmicos em Vila Boa de Goiás nos séculos XVIII e XIX, seria esta atribuição uma reencenação de um passado idealizado por alguns vilaboense?

Não resta dúvida: a confecção de objetos cerâmicos na cidade de Goiás é uma das importantes tradições da sociedade vilaboense, reconhecida por diferentes grupos e instituições da cidade de Goiás e de outras regiões do Brasil. As escavações arqueológicas realizadas na cidade indicam que esses utensílios foram amplamente utilizados na cozinha e à mesa nos séculos XVIII e XIX. Ainda hoje são encontrados em boa parte das residências entre a tralha doméstica da população da cidade de Goiás. O *saber fazer* cerâmica tem sido repassado de mãe para filha por várias gerações, como evidencia a narrativa de Dona Alicinha, ceramista da cidade de Goiás,

“(...) eu acho que eu sou a quarta geração da minha família porque minha bisavó fazia, minha vó fazia, minha mãe fazia; então a família toda é de ceramista. Desde criança a gente via a mãe fazer, vó fazer, era tudo muito unido (...) desde criança a gente ia aprendendo. (Dona Alicinha, 2011)”.⁶

Caminham na mesma direção as narrativas do cronista J. Pitágoras (1971), que denominou os utensílios cerâmicos produzidos e comercializados na cidade de Goiás de cerâmica popular. Segundo ele, esses objetos eram utilizados por todas as classes sociais na vida doméstica da *velha capital*, principalmente para cozer alimentos e armazenar água. Destaca também que, além das panelas, eram confeccionados vasos, formas, caçarolas e objetos de decoração.

Outro aspecto importante mencionado pelo cronista, que visitou a cidade no final da década de 1960: a atividade de confeccionar cerâmica era privativa do sexo feminino. *Considera-se trabalho de mulher. A filha recebe a arte da mãe e conserva a tradição. As paneleiras são pessoas humildes, mas capazes de reconhecer um trabalho seu por qualquer mínimo detalhe, invisíveis aos olhos de leigos.* (Pitágoras, 1971:170)

Anterior a Pitágoras (1971) são as narrativas de Magalhães, aventureiro paulista que parte em viagem ao interior do Brasil fazendo o registro fotográfico de paisa-

5 Esta constatação se baseia no resultado de pesquisas científicas realizadas sobre diferentes sítios indígenas, na região Centro-Oeste desde a década de 1970. Atualmente, o número de sítios pesquisados e cadastrados oficialmente, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é aproximadamente 1600 sítios arqueológicos, dos quais boa parte são *antigos assentamentos ou locais de atividades específicas de grupos de ceramistas agricultores.* (Wust, 2001)

6 Dona Alicinha nasceu na cidade de Goiás em 31 de dezembro de 1946.

gens e pessoas que lhe chamavam a atenção. Vindo de São Paulo indo até a Serra do Roncador – MT, no ano de 1939, passa pela cidade de Goiás em sua trajetória.



Figura 1 – Foto de Garoto a Caminho do Chafariz, Cidade de Goiás, 1938 (Fonte: Magalhães, 1945: 55).

Em suas narrativas sobre as imagens capturadas por sua câmera fotográfica, expressa sua opinião a cerca das características da cerâmica produzida na cidade. Diz Magalhães: *O pote que leva a cabeça é uma peça rústica trabalhada a mão e pintada por gente da cidade, nada apresentando de artístico, nada transparecendo soberba, daquela soberba cerâmica de Marajó.* (Magalhães, 1945:55)

Mesmo considerado pelo cronista sem atrativos artísticos, o pote de cerâmica que o garoto traz a cabeça apresenta alguns aspectos pertinentes à presente análise. Apesar de se diferenciar das decorações pintadas nos utensílios coletados nas escavações arqueológicas, o pote apresenta elemento decorativo em zigzague identificado em decorações incisas dos séculos XVIII e XIX.

O que nos leva a acreditar que, até início do século XX, a produção ceramista de Vila Boa de Goiás guarda elementos que tiveram origem nas decorações elaboradas pelos ceramistas negros dos séculos passados. Elementos que podem ter sido excluídos através de processos de imposição de uma memória coletiva eleita como legítima.

Os primeiros dados obtidos a partir de narrativas orais de ceramistas tradicionais da cidade sugeriram que a construção desta identidade esteve, em parte, relacionada à Associação do Artesão da cidade de Goiás, criada pela Diocese de Goiás, no final da década de 1970. Indicaram ainda, que a atribuição identitária somente foi possível a partir de negociações e acordos entre os membros da comunidade vilaboense, em especial os próprios ceramistas, mediados pelos responsáveis pela Associação, como demonstram as narrativas de Dona Alicinha.

Pergunto: *de onde a senhora acha que veio esta tradição de fazer cerâmica na cidade de Goiás?* Dona Alicinha responde,

“(...) Até então a gente trabalhava, mas não tinha esta noção de quem que aprendeu a fazer né? A gente sabe que os índios faziam né? A gente sabe que os utensílios deles era tudo de cerâmica, todo mundo sabe disso né? Depois que eu fui pra associação (...) porque Frei Marcos sempre falava, inclusive lá tem uma placa que fala (...)” (Dona Alicinha, 2011).

Se por um lado Dona Alicinha aponta a Associação como espaço de construção dessa outra identidade ceramista, por outro se furta de posicionar-se diretamente sobre a questão, deixando para outrem a responsabilidade de atribuir elementos identitários a ela e a seu *saber fazer*. Entretanto, essa outra identidade não exclui a anterior, pois a própria ceramista afirma que sua bisavó era escrava por volta do final do século XIX.⁷ Seria o seu não posicionamento uma forma diplomática de viabilizar seu trânsito nas esferas oficiais?

⁷ Não foi possível buscar dados documentais sobre a origem da bisavó de Dona Alicinha sendo que posteriormente será realizado levantamento arquivístico.

A Associação dos Artesãos foi fundada no final da década de 1970 pelo líder religioso da Igreja Nossa Senhora do Rosário, Frei Marcos. Segundo ele, a Associação teve como finalidade principal oferecer suporte aos artesãos da cidade de Goiás e, assim, coibir a descaracterização do artesanato local. Diz Frei Marcos,

“A Associação dos Artesãos surgiu de uma reunião diocesana em que se propunha a organização das comunidades locais por categorias de pessoas. Eu escolhi a associação de artesãos porque via a descaracterização do artesanato, a exploração do artesão principalmente pela GOIÁSTUR que existia na época que intermediava e se apresentava como autor e o artesão era completamente desconhecido⁸.

Aí nós incentivamos o artesão a participar isto foi em 1977. (...) os critérios era que fosse artesão próprio da nossa cidade e uma característica que é tradicional da cultura local. Na associação só participava artesão e artesã do município de Goiás.” (Entrevista Frei Marcos *apud* Campos, 2010).

Ao contrário de Frei Marcos, Dona Alicinha viu as ações da GOIÁSTUR como importante aliada de sua produção, pois auxiliava na comercialização de seus objetos. Mas confirma o processo de descaracterização dos objetos conforme salienta Frei Marcos,

Narra Dona Alicinha,

“Quando começou a deslanchar foi na época do Ari Valadão⁹ que abriu naquela época uma loja em Goiânia, aí eles viam e compravam na nossa mão levava para lá inclusive quando a gente começou a sair para vender fora também em São Paulo. (...) Nós tínhamos uma pessoa em Goiânia que comprava para vender; aí não fazia peça trabalhada eram só peças lisas porque eles chegavam lá e pintava. (Dona Alicinha, 2011)”

Por outro lado chamou minha atenção a menção de Frei Marcos sobre a reunião diocesana. Qual seria a pauta e que tipo de ação estaria sendo planejada quando ele menciona *organização das comunidades locais por categoria*? Em se tratando de uma reu-

8 GOIÁSTUR foi um órgão do Governo do Estado de Goiás responsável por ações voltadas para o desenvolvimento turístico do Estado, desde a década de 1970. Atualmente, a partir de uma nova estruturação dos órgãos públicos, foi substituída pela Agência Goiana de Turismo durante o governo de Marconi Perillo.

9 Ari Valadão foi Governador do Estado de Goiás no período referido pela ceramista.

nião diocesana regional, o tema ali discutido provavelmente havia sido definido por instâncias superiores, a partir de problemáticas elencadas em reuniões anteriores.

Voltei-me para as preocupações da Igreja Católica no final da década de 1960 e início de 1970. Após algumas buscas, localizei alguns trabalhos acadêmicos que abordavam as diretrizes da Igreja naquele período, mas foi uma entrevista concedida por Dom Tomás Balduino, Presidente da Comissão Pastoral da Terra, aos editores da Revista Estudos Avançados, em 2001, que me chamou a atenção.¹⁰

Na entrevista, Dom Tomás Balduino narra a trajetória da Pastoral da Terra, do Conselho Indigenista Missionário e sua experiência pastoral com os índios do sul do Pará. Segundo Dom Tomás, após o Concílio Vaticano II e a 2^o Conferência Episcopal latino-americana de Medellín, no final da década de 1960, a Igreja Católica se volta para um processo de deseuropeização, o que ele denomina de “opção pelos pobres”. (Dom Tomás Balduino, 2001)

Posteriormente, em 1971, reunidos em Iquitos - Peru, algumas ações de evangelização da população indígena foram definidas. Outro compromisso assumido naquele momento foi o de assegurar a sobrevivência biológica e cultural das comunidades e promover a sua inserção no seu processo histórico.

Decorrente das decisões tomadas em Iquitos se reúnem em Goiânia, Goiás, em 1975, o Conselho Indigenista Missionário e se comprometeu a *procurar por todos os meios devolver aos povos indígenas o direito a serem sujeitos, autores e destinatários de seu crescimento*. (Dom Tomás Balduino, 2001). Este contexto de intenso debate entre os membros da Igreja Católica se propaga para as dioceses espalhadas pelo interior de Goiás.

Dom Tomás, bispo diocesano de Goiás durante o período de 1967 a 1998, promoveu outra leitura sobre a figura de Bartolomeu Bueno, o Anhanguera. As narrativas dos representantes religiosos da Diocese de Goiás ressaltam o bandeirante não mais como o Herói, mas o algoz, assassino e covarde que havia exterminado os índios Goyases. (Tamaso, 2007: 544)

Segundo Tamaso (2007), neste período, a Igreja deixa “*de focar, a ação de protagonista no descobrimento, fundação e povoamento, incide o foco para a ação de expropriação e extermínio, sendo o índio tomado como vítima do colonialismo*”. (Tamaso, 2007:).

Este outro olhar sobre a figura do Anhanguera evidencia a influência do Conselho Indigenista e dos encontros de Iquitos (1971) e de Goiânia (1975) sobre a cidade de Goiás. É provável que a temática indigenista tenha permeado as reuniões diocesanas realizadas na cidade de Goiás. É nesta conjuntura que Frei Marcos funda a Associação do Artesão.

10 A ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 9-22. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300002>.

A participação do artesão na Associação estava condicionada a alguns critérios estabelecidos por seu presidente, Frei Marcos. Estes critérios estão relacionados com o tipo de objeto confeccionado, a tecnologia empregada e o caráter familiar da produção. A seleção das peças em cerâmica foi definida por Frei Marcos a partir de características que foram e ainda são julgadas como de origem indígena.

“A seleção era exatamente estas duas exigências, eram duas coisas fundamentais: peças manuais feita no sistema da herança indígena, a bojodia, - é uma técnica indígena - e não haver empregados, ser feita pelo próprio artesão, uma produção familiar.” (Entrevista Frei Marcos, *apud* Campos, 2010).

Indagado sobre como chegou à informação que a cerâmica produzida pelas ceramistas vilaboenses possuía relações com a população indígena, ele responde,

“Nós temos um estudo feito, infelizmente não foi a diante não foi terminado faltou aí autorizado pela faculdade porque o autor das fotografias, ele morreu e eu pessoalmente não tive condições de pedir a autorização para publicar, mas em uma forma comparativa a gente comparando as produções principalmente dos artesãos tradicional a cerâmica com as produções indígenas principalmente as fotografadas pelo (...), que existe na Universidade Católica em Goiânia no museu, eu (...) me fugiu o nome, eu acho que é Jesco,¹¹ um pesquisador sociólogo, antropólogo, elas são realmente idênticas tanto que chegamos ao ponto de trabalharmos esta consciência de origem indígena de uma artesã que era neta de índia que foi pega a laço ela disse minha vó foi pega a laço. Ela um dia produziu uma peça sem modelo nenhum de um pote com dois bojos e foi vê nas fotografias da Universidade Católica correspondia exatamente a uma peça ritual de um povo Saruí, um povo indígena (...).” (Entrevista Frei Marcos *apud* Campos, 2010)

A cerâmica comercializada neste local, apesar da prévia seleção, não apresenta características identificadas em fragmentos de cerâmica encontrados em sítios arqueológicos pré-históricos de Goiás. As diferenças vão desde as formas dos recipientes, o tipo e os temperos adicionadas na argila, até suas decorações.¹²

11 Frei Marcos se refere, nesta entrevista, a *Jesco* vonPuttkamer, indigenista que juntamente com os Irmãos Villas Boas, participou de frentes de atração aos índios Txukahamãe, Txicão, Suruí, Cinta-Larga, Marúbu, Kámpa, Kaxináwa, Waimiri-Atroari, Yanomami, Hixkaryana, Urueuwauwaue, Mato Grosso. Acesso 10 Jan. 2012. Disponível em:

http://www.ucg.br/ucg/institutos/igpa/site/home/secao.asp?id_secao=1742&id_unidade=1

12 Ver por exemplo Rocha, 2001: 13-25.

Por outro lado, mesmo com as alterações realizadas ao longo dos séculos XVIII e XIX, ainda é possível observar elementos de convergência entre a produção atual e a do passado. A confecção de panelas e travessas, por exemplo, parece ter sido um contínuo, conforme a Figura 2 evidencia. As mudanças mais significativas, se comparadas aos utensílios identificados em contexto arqueológico, são referentes às asas das panelas, que segundo Dona Alicinha, foram reforçadas para atender os restaurantes da cidade.



Figura 2 - Foto de utensílios cerâmicos comercializados na Associação do Artesão Igreja do Rosário - Cidade de Goiás (Fotografia: Gislaiane Tedesco, 2012).

Em visita à Associação de Artesão da cidade de Goiás para observar as características dos objetos cerâmicos ali comercializados, me chamou a atenção o discurso impresso em um banner informativo (Figura 3). A atribuição da identidade indígena ao *saber fazer* cerâmica evidencia o que Hall aponta, *a identidade está sujeita a uma historicização radical e em constante transformação construída dentro e não fora do discurso*. (Hall, 2009:108)



Figura 3 – Fotografia do banner exposto na Associação do artesão, cidade de Goiás (Fotografia: Gislaine Tedesco, 2012).

Além de afirmar a influência indígena, o discurso presente no banner conduz o leitor a uma conclusão supostamente óbvia, *a forte influencia indígena que se observa na cerâmica de Goiás é prova de sua origem genuinamente brasileira, que vem se perpetuando através das gerações*. Chama a atenção ainda a expressão *genuinamente brasileira*.

Do latim GENUINU a palavra significa natural, verdadeiro, puro, sem mistura nem alteração. Assim, cerâmica legítima seria aquela produzida por descendentes indígenas sem a possibilidade de mudança que está sujeita toda e qualquer tradição? (Samuel, 1997)

Por outro lado, o censo comum identificado no banner também está presente nas narrativas de Dona Alicinha quando ela aponta que (...) *a gente sabe que os índios faziam né? A gente sabe que os utensílios deles eram todos de cerâmica. Todo mundo sabe disso, né?* (Dona Alicinha, 2011)

Algumas generalizações acerca dos grupos indígenas podem ter sido elaboradas pela população já durante os primeiros contatos e a partir de narrativas de cronistas e viajantes que testemunharam a reunião de grupos em aldeamentos indígenas nos séculos XVIII e XIX.

Ali, desintegrados de seus sistemas culturais, transmitiam a falsa ideia de possuírem os mesmos costumes. Ainda hoje, algumas destas generalizações são reproduzidas em diversos livros didáticos perpetuando os equívocos acerca destes diferentes grupos. (Silva 1995)

O mesmo pode ter ocorrido com o *saber fazer* cerâmica na cidade de Goiás. A relativa proximidade e a prática de passeios turísticos às praias do Rio Araguaia, o

contato com as reminiscências do que um dia foi a aldeia dos índios Carajás e sua confecção de bonecos em cerâmica para fins comerciais podem ter levado parte da população vilaboense a associar seu *saber fazer* cerâmica à população indígena.

Atualmente, apesar de haver a necessidade de ampliação dos estudos sobre os grupos indígenas, tanto no passado quanto no presente, as pesquisas arqueológicas e antropológicas realizadas sobre inúmeros grupos indígenas evidenciam a variedade cultural de cada um, não sendo mais possível pensá-los de forma uniforme (Tenório, 1999; Prous, 1992; Martins, 1996; Oliveira Filho, 1999; Ribeiro, 1957; Rocha, 1998).

Por outro lado, é importante ponderar até que ponto a relação entre a confecção de utensílios cerâmicos e a população indígena pode estar inserida em um processo que promoveu a exclusão da cerâmica produzida pelos negros, o ocultamento de outros elementos da memória desses indivíduos representada nos séculos passados em alguns bens culturais da cidade de Goiás, como veremos a seguir.

Ao contrário das demais Igrejas preservadas e que compõem o Patrimônio Edificado da cidade de Goiás, a Igreja de Nossa Senhora foi demolida no início do século XX por padres dominicanos franceses, tendo como argumento a necessidade de um templo maior para abrigar seus fiéis. (Tamaso, 2007).



Figura 4 – Foto da festa e procissão em Homenagem a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos ao fundo antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Acervo pessoal Elder Camargo sem data).

Em seu lugar foi edificada outra Igreja, em estilo Neogótico, corrente arquitetônica em voga no início do século XX e que buscava inspiração nas edificações do século XV na Europa. (Coelho, 1999) Esse estilo excluiu qualquer vestígio e acesso a elementos de memória que pudessem estar presentes na antiga Igreja, impedindo a relação entre esse espaço e os negros escravizados que ali buscaram formas de socialização nos séculos XVIII e XIX. (Karasch, 2010)

Denominada hoje de Nossa Senhora do Rosário, a Igreja já não é mais *dos pretos*. Se antes a irmandade se organizava em uma rede de solidariedade na antiga Igreja, a nova edificação rompeu com as características arquitetônicas do período colonial, de um tempo em que o negro escravizado fizera parte. Seria uma estratégia de esquecimento de uma memória traumática ou uma desconfiguração do *lugar de memória* na concepção de Pierre Nora (1993)?

Nas dependências da nova edificação, são expostos objetos em cerâmica proveniente da Associação do Artesão, que ainda hoje são confeccionados por “pretos”, mas que agora é pensada como uma herança indígena. Desta forma, o passado é reconstruído segundo as necessidades do presente, evidenciando os usos políticos deste passado. (Rosa, 2007)

Para Samuel,

“(...) a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da ‘tradição’, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Têm, estampadas, as paixões dominantes de seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual” (Samuel, 199: 45).

Por outro lado, e não menos importante, foi o reconhecimento desta identidade indígena promovida por agências e agentes do Poder Público, ligados à Proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e o Programa de Recuperação do Patrimônio Cultural Urbano Brasileiro, o Monumenta.

Este reconhecimento foi observado no Dossiê sobre a cidade de Goiás encaminhado à UNESCO quando da candidatura da cidade ao Título de Patrimônio Mundial da Humanidade. Nele o *saber fazer* cerâmica é sugestivamente atribuído ao indígena e aos portugueses,

“Especula-se que a tradição do uso de objetos de barro tenham sido fruto da acomodação entre um costume vindo de Portugal com os hábitos indígenas. De qualquer forma, as nações indígenas brasileiras ainda sobreviventes, reproduzem ainda hoje a maneira primitiva de fazer cerâmica, mantendo viva a cultura de seus antepassados” (DOSSIÊ DE GOIÁS, 1999:73)

Apesar de num primeiro momento os autores se eximirem desta atribuição indígena, posteriormente observa-se prevalecer também o senso comum como já mencionado anteriormente, ao concluir que as nações indígenas sobreviventes ao contato confeccionam ainda utensílios em cerâmica. Ressalto que ainda não foi realizado levantamento de dados ou inventário deste bem cultural até o presente momento.¹³



Figura 5 – Fotografia da atual edificação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Fotografia: Iasmim Tedesco, 2012).

13 A base bibliográfica para a afirmativa é uma obra publicada pela Associação de Artesão de Araújo (1999) a qual não consegui ter acesso.

É no site do Monumenta¹⁴ que a afirmação é mais contundente: “*as tradições herdadas dos índios Goiasenses, antigos habitantes da região, são mantidas vivas na beleza das diversas peças em cerâmica*”.

A participação de agências de proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro possivelmente foi significativa para que a população vilaboense reconhecesse esta outra identidade, atribuída à produção ceramista da cidade como legítima, tendo em vista que são instituições que possuem credibilidade junto à comunidade no que tange a temática da proteção de bens culturais.

Talvez por esta razão a população reaja com veemência aos resultados da pesquisa arqueológica, muitas vezes como se estivessem sendo afrontada e confrontada sobre o que entende como verdade. Lima (2007) chama a atenção para as reações da comunidade quanto à realização de pesquisas arqueológicas no Brasil, principalmente nos sítios com os quais a população mantém ligações históricas.

Segundo a arqueóloga, as motivações podem ser variadas: *diferentes versões sobre o passado, construídas a partir de interesses e valores étnicos, culturais, políticos, sociais, de gênero*, entre outros. (Lima, 2007: 06)

No caso da população da cidade de Goiás, o que se observa é o questionamento dos resultados das pesquisas arqueológicas, e, à medida que busquei compreender as reações da comunidade, percebi que houve o desejo por parte de alguns em silenciar e esquecer o passado no qual o negro ceramista dos séculos XVIII e XIX fez parte e os objetos por eles produzidos podem ter sido utilizados como parte de seus projetos de memória e identidade.

Apesar de a participação da comunidade conter aspectos positivos, alguns cuidados precisam ser levados em consideração. Se não cabe ao arqueólogo definir o que será preservado, é preciso ponderar que a decisão sobre o que destruir ou preservar, esquecer ou lembrar, no caso o *saber fazer* cerâmica, não pode ser tomada por segmentos dominantes da sociedade à revelia dos grupos historicamente à margem da sociedade.

Os diferentes atores envolvidos neste processo precisam ser ouvidos para que as invisibilidades históricas e os esquecimentos coletivos possam ser revertidos, tendo em vista sua importância na construção de memórias coletivas. (Lima, 2007: 06)

14 O Monumenta é um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro, executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ver: <http://www.monumenta.gov.br>

RASTROS DO PASSADO EM NARRATIVAS DE UMA CERAMISTA VILABOENSE

Nesta segunda parte realizo apontamentos sobre a presença de algumas pistas em narrativas de ceramistas da cidade de Goiás que podem estar relacionadas aos projetos de memória e identidade de negras ceramistas do passado. Além das narrativas, busco, em elementos tecnológicos e simbólicos da cerâmica produzida na atualidade, suporte para esta discussão.

O silêncio e possíveis esquecimentos sobre a participação do negro no processo de transmissão do *saber fazer* cerâmica e na produção de objetos na cidade de Goiás me suscitaram indagações. Este passado silenciado/esquecido teria ocupado o espaço da lembrança como sugere Benjamin (1987)?

Possuiria, ainda, as ceramistas atuais *ecos de vozes emudecidas* a serem compartilhadas como memória involuntária? Ou ainda, pistas que relacionam seu *saber fazer* aos objetos confeccionados por negros ceramistas do passado? Seria possível que elementos da produção ceramista dos séculos XVIII e XIX convergissem em algum aspecto com a produção atual?

Por outro lado, os vestígios arqueológicos coletados na cidade de Goiás revelam narrativas e memórias subterrâneas e invisibilizadas. Entretanto, cacos e detritos destas vieram à tona na cerâmica arqueológica, entre tantos outros artefatos coletados nas escavações, sendo que alguns dos fragmentos possuem marcas indeléveis da presença de negros ceramistas em Vila Boa de Goiás nos séculos passados.

Assim, os objetos cerâmicos e o embate que tenho vivenciado com a comunidade local, apresentado na sessão anterior, me motivaram a buscar, entre as memórias destas ceramistas, pistas sobre o passado do qual estes indivíduos fizeram parte.

Ao obter indícios sobre a participação de negros africanos na produção ceramista vilaboense, a partir destas narrativas, somaria outras pistas aos apontamentos arqueológicos, contribuindo para a presente reflexão. A permanência da produção ceramista e do *saber fazer* se configura como importante tradição vilaboense e se perpetua ao longo dos séculos. E, apesar dos silêncios, esquecimentos e interditos sobre a participação do negro na produção de utensílios cerâmicos, as ceramistas ainda guardam elementos deste passado.

Assim, irei apresentar nesta parte elementos que podem contribuir para a análise do passado através de suas manifestações no presente (Bosi, 2004). Esta possibilidade de análise parte da perspectiva de que as narrativas destas ceramistas podem indicar pontos de convergência entre a produção do passado e a do presente, apesar de ter sofrido algumas alterações, o que é próprio das tradições.

As análises dos objetos cerâmicos arqueológicos apontam nesta direção, já que indicam certa continuidade na produção dos séculos XVIII e XIX de alguns

utensílios e elementos decorativos, sendo que em algum momento do século XX alguns utensílios foram excluídos da produção, outros acrescidos, bem como seus elementos decorativos.

Busquei perceber o que foi lembrado, o que foi escolhido para perpetuar-se na história de vida destas ceramistas, e o que foi silenciado. Também compreender as motivações que as levaram a fazer tais escolhas. A memória oral destas mulheres ceramistas é aqui entendida conforme Bosi (2004), como uma mediação entre a nossa geração e as testemunhas do passado, inserindo pontos de vistas contraditórios, ou pelo menos distintos entre elas e os mediadores institucionais, tornando ainda mais rico o diálogo. (Bosi, 2004:15)

O contato com as primeiras narrativas de algumas ceramistas ocorreu, por acaso, no ano de 2003. Havíamos iniciado a reconstituição gráfica de alguns fragmentos de cerâmica arqueológica para a elaboração de um catálogo em parceria com o SEBRAE – GO.¹⁵ O catálogo teve como objetivo apresentar sugestões de padrões decorativos, formas de recipientes e alguns elementos históricos aos ceramistas da cidade de Goiás, que pudessem ser agregados à sua produção.

Em uma das tardes de trabalho, Hellen¹⁶ e eu buscávamos por uma ceramista que pudesse confeccionar algumas peças presentes no catálogo e assim avaliarmos a viabilidade de seu uso. Fomos então a um artesanato localizado na Rua 15 de Novembro, próximo ao Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás.

Lá chegando, percebemos que no fundo do artesanato funcionava uma pequena oficina de confecção de cerâmica. Sua responsável, Dona Eva, atendendo com simpatia nos apresentou seu espaço de trabalho e suas auxiliares com clara demonstração de sua relação afetiva com o espaço de confecção da cerâmica e também com aqueles objetos.

Mostramos, então, nosso material e indagamos sobre a possibilidade de confeccionar peças a partir daqueles desenhos. Dona Eva olhou para os desenhos, ficou pensativa. Depois de alguns instantes afirmou: - *minha mãe fazia cerâmica com estes riscos!*

Era a primeira vez que alguém da cidade estabelecia um elo entre os fragmentos arqueológicos e seus fragmentos de memórias. O desenho de uma panela com decoração incisa remeteu àquela senhora às suas lembranças com a mãe. Era como se estivesse vendo naqueles desenhos um objeto biográfico. (Bosi, 2004; Jones, 2002).

Para Bergson, é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, mas, infelizmente não tivemos a percepção da importância daquele instante.

15 Serviço de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário.

16 Hellen Batista Carvalho, arqueóloga e historiadora do Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás entre 2000 a 2003. Uma das coordenadoras do projeto de Resgate arqueológico da Cidade de Goiás. Atualmente é arqueóloga do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

(Bergson, 1999:179) Assim, sem que tivéssemos maturidade para uma percepção mais apurada para refletir sobre aqueles rastros nas narrativas de Dona Eva, retornamos ao Núcleo de Arqueologia para dar continuidade às nossas atividades.

Ao longo daquele ano, participamos de várias reuniões de artesãos da cidade de Goiás. Tentávamos apresentar alguns desenhos elaborados a partir de fragmentos de cerâmicas de diferentes tipos de utensílios e motivos decorativos, na tentativa de instigá-los a produzir objetos com alguns aspectos dos objetos do passado.

Foram tentativas sem sucesso e não fomos capazes de compreender que em algum momento aquela ruptura com o passado havia sido desejada e, provavelmente, era neste distanciamento que morava a resistência em inserir, na produção atual, elementos desse passado.

Em maio de 2010, novamente me deparei com fragmentos do passado nas narrativas de outra ceramista. Foi durante uma entrevista concedida por Dona Alicinha, ceramista tradicional da cidade de Goiás, aos alunos do curso de pós-graduação *latu sensu* em Patrimônio Cultural da Universidade Estadual de Goiás, em uma atividade de campo coordenada pela professora Glaucia Peclat.

Durante sua narrativa, elementos que podem estar relacionados com o universo religioso de grupos de africanos que participaram da escravização surgiram quando a ceramista mencionou utensílios cerâmicos que, durante um tempo, deixaram de ser confeccionados. Dona Alice rememora, “*hoje não se fabrica mais, mas lembro de minha mãe fazer o pote da canjica da sexta-feira*”.

Apesar de se identificar como pertencente à religião católica, as narrativas de Dona Alicinha parecem guardar em sua memória voluntária *ecos* de memória involuntária já próxima do esquecimento (Benjamin, 1987), pois segundo Nadalini (2009), a canjica branca é um alimento preparado sempre na sexta-feira como oferenda ao Orixá Oxalá (Figura 6).¹⁷

Em suas lembranças revive momentos com a mãe, o pote no fogão, o cheiro da canjica e o dia de apreciar aquela comida. Cacos, vestígios esquecidos, quase imperceptíveis - que a memória involuntária busca superar - aparecem: *pote de canjica da sexta-feira*.

Se por um lado, Dona Alicinha não relaciona mais a comida de Oxalá com os utensílios cerâmicos, por outro evidencia como a tradição oleira integrou projetos de memória e identificação onde estes objetos fizeram parte de elementos da cultura negra em Vila Boa de Goiás.

17 Segundo Dona Alicinha (2011) a tampa do pote de canjica da Figura 6 não corresponde àquela utilizada na época de sua mãe, que era confeccionada com parte de lata sem uso, e quando aberta era utilizada para cobrir panelas e potes.

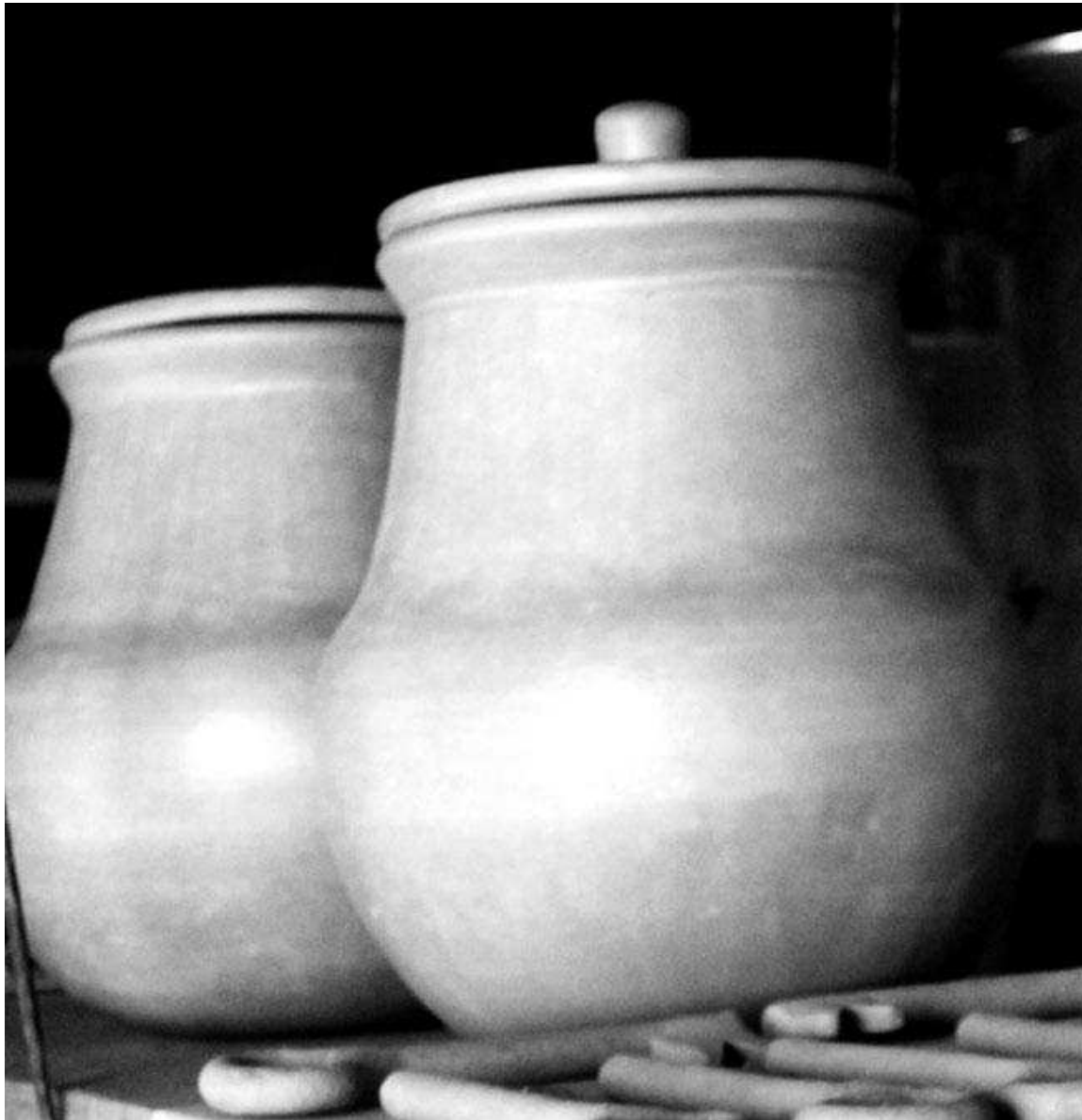


Figura 6 – Foto de Pote indicado por Dona Alicinha como sendo de Canjica da Sexta-feira (Fotografia: Iara Barcelos, 2011).

Nas escavações arqueológicas foram coletados fragmentos de potes que apresentam características que se aproximam ao da Figura 6, podendo ter sido utilizado em várias atividades, inclusive para o armazenamento da canjica. Outros objetos cerâmicos foram observados entre aqueles que ainda são confeccionados e encontrados nas escavações arqueológicas, alguns inclusive que podem ter relação também com este universo religioso. São os alguidares, utensílios que podem ter uso doméstico e também em rituais nas religiões afrodescendentes. Ainda hoje são confeccionados em cerâmica e encontrados em lojas especializadas na oferta de objetos e utensílios para cerimônias religiosas nos Terreiros. Também são amplamente utilizados para oferendas a alguns Orixás.

Entretanto, o que chama a atenção para este tipo de utensílio é o fato de estarem presentes entre os fragmentos de utensílios arqueológicos, pois na atualidade estes não são encontrados entre os objetos disponíveis nos artesanatos ou nas oficinas de ceramistas da cidade para pronta entrega. Para obtê-los, é necessário encomendar com antecedência, apesar de haver constantemente interessados em adquiri-los na cidade.

A ausência destes utensílios entre os expostos à comercialização pode estar relacionada a interditos estabelecidos no enfrentamento religioso ainda hoje perceptível na cidade de Goiás? O espaço da Igreja do Rosário destinado ao ceramista da cidade parece reforçar esta hipótese.

Assim, as narrativas de Dona Alicinha e dos objetos cerâmicos que ela confecciona possuem fragmentos do passado e, neste caso, a supressão dessas manifestações no presente dos indivíduos a eles relacionados. É como sugere Chambers, *só podemos conhecer o passado, a memória, o inconsciente através de seus efeitos no presente* (apud Hall, 2009: 27).

Em busca de outras informações, agendei outro encontro com Dona Alicinha. Fui até seu local de trabalho, onde vende e também confecciona suas panelas e demais objetos. Além da entrevista, buscava observar a trama envolvida entre ela e os objetos que a artesã confecciona. Buscava também entender como o ofício de ceramista poderia conter projetos de memória.

Dona Alicinha Paneleira, como gosta de ser chamada, mantém, no fundo de seu quintal, acesas suas lembranças de experiências de trabalho. Desde menina esteve envolvida com a confecção destes objetos, ajudando sua mãe com o sustento dos irmãos. Os utensílios que produziam eram colocados à venda em pequenos comércios existentes no antigo Mercado Municipal da cidade de Goiás.

Esta atividade ocupou boa parte de sua vida. Com 63 anos de idade, 40 anos foram dedicados ao ofício de paneleira.

“Eu, eu estou com 63 anos, 40 anos de profissão, eh criei meus filhos trabalhando na cerâmica nunca tive outro emprego a não ser agora nessa gestão no ano passado que eu trabalhei na Secretaria de Cultura né? Só. Mais meu trabalho é aqui eu penso que eu tenho que ficar aqui, eu acho que enquanto eu tiver saúde para trabalhar eu vou trabalhar, vou preservar nossas raízes. (...) muita gente me chama de Dona Alicinha artesã, Alicinha Paneleira, eu tenho o maior orgulho de ser paneleira, com esta profissão eu criei meus filhos, eu eduquei meus filhos.” (Dona Alicinha, 63 anos, ceramista).

As narrativas de Dona Alicinha evidenciam o elo de sua produção com as memórias de uma vida toda. Cada etapa da confecção dos objetos cerâmicos é relacionada a alguma experiência desta ceramista. A casa onde viveu sua infância e onde aprendeu com a mãe modelar o barro, as brincadeiras de menina associada à coleta da argila, as demonstrações de carinho, a atenção e os cuidados da mãe em lhes repassarem seus conhecimentos.

“(…) Às vezes eu fico pensando assim, às vezes eu tô sentada eu fico pensando assim, eu revivo minha história né, de criança brincando lá na rua das flores, tomando banho no rio vermelho, indo pro barreiro pegar barro, quantas vezes eu vinha ali de perto da cachoeira grande, eu minha mãe e o outro irmão meu com vasilha com barro na cabeça ia lá apanhá, rancava né? Minha mãe trazia uma maior e eu pequena ne? Eu, nesta época eu tinha uns 10 anos eu vinha com a baciinha pra ajudar porque (...) a gente é, tinha que ajudar porque a família era pobre nos éramos 06 irmãos né? E aí assim minha mãe era artesã e meu pai era pedreiro naquele tempo era muito difícil e os filhos tentavam ajudar a mãe, eu fiz isto muitas vezes e com orgulho, tenho orgulho.

(…) quantas vezes aqui, onde é o setor Rio Vermelho, eu ia com minha mãe lá pegar lenha na cabeça; ela fazia aqueles feixinho de lenha pra vim queimar panela; é coisa que tá no coração da gente.” (Dona Alicinha, 63 anos, ceramista).

Em seus relatos sobre as coletas da argila percebe-se a preocupação da mãe em promover este *saber fazer*, ao inserir os filhos nos afazeres e na indicação dos locais onde estavam as jazidas de argila de melhor qualidade, garantido que eles dominassem aquele ofício e o sustento no futuro.

Mas esse aprendizado ficou marcado na lembrança, assim como o momento do lazer e do prazer da companhia da mãe. *A fusão do trabalho com a própria substância da vida*. (Bosi, 2009: 475) Nesta relação fiel com seu ofício, Dona Alicinha elabora em suas narrativas, temporalidades e memórias em torno de seu trabalho, marcadas pelas dificuldades financeiras vivenciadas pela família por transformações operadas nos tipos de objetos confeccionados.

Momentos de sua vida, infância, adolescência, casamento, filhos, velhice são marcados por suas memórias de trabalho e vice e versa. Além disso, é perceptível a marcação feita por Dona Alicinha de três fases onde relaciona temporalidade e etapas de seu ofício. Infância e início de sua adolescência são relacionados ao período em que a mãe repassa seu conhecimento envolvendo, desde a localização das jazidas de argila, a retirada do barro, a coleta de lenha para queima dos artefatos em cerâmica, e à confecção dos objetos.

Posteriormente, sua fase adulta é assinalada como o período no qual já casada e com filhos se dedica a produção ceramista, também como garantia de seu sustento. Nesta época, segundo a ceramista, década de 1970, o Governo do Estado passou a enviar um caminhão para buscar utensílios cerâmicos para vender na capital. É quando sua vida financeira passa por melhorias. É também o período em que Frei Marcos funda a Associação dos Ceramistas e atribui o *saber fazer* à população indígena.

Na atualidade, outro recorte temporal é elaborado pela ceramista a partir do Título de Patrimônio da Humanidade concedido pela UNESCO à cidade de Goiás, momento em que Dona Alicinha, antes conhecida como Dona Alicinha Paneleira, passa a ser denominada Dona Alicinha Artesã.

Seus relatos e memórias sugerem a importância que a relação mãe e filha possuíam, sendo que a filha optou por ser o que a mãe foi um dia. Nesta perspectiva, seu ofício e os objetos que confecciona constituem parte importante de seus projetos de memória e identificação, elegendo o que quer rememorar e de que forma quer ser lembrada.

A continuidade neste ofício relaciona-se com o desejo de perpetuar as lembranças, é uma escolha, é um projeto de memória e identificação dessa ceramista, que deseja ser identificada como Dona Alicinha paneleira. Identifica nos objetos que confecciona fases da vida que atribui importância, além de demonstrar como, ao longo de sua vida, sua identidade foi modelada, de paneleira à artesã, como hoje é chamada.

Neste artigo busquei apresentar os embates que tenho enfrentado em Goiás a partir da pesquisa arqueológica que venho realizando na cidade há doze anos. Os elementos decorativos observados nos fragmentos de cerâmica provenientes dos séculos XVIII e XIX apontam a participação de negros ceramistas na produção oleira da cidade.

Além disso, apresentam indícios da utilização desses objetos com parte de projetos de memória e identificação em Vila Boa de Goiás. Esta hipótese se fundamenta na presença de utensílios com decorações semelhantes às escarificações que africanos realizavam em partes do corpo. Entretanto, alguns vilaboenses rejeitaram esta possibilidade, tendo em vista a elaboração de outra identidade atribuída aos detentores deste *saber fazer*.

Analisei o confronto por mim vivenciado na cidade de Goiás a partir da divulgação dos dados arqueológicos obtidos com a cerâmica produzida nos séculos XVIII e XIX e seus elementos decorativos relacionados a grupos de africanos escravizados na província de Goiás. A partir destes embates, busquei pistas no passado, através das narrativas de ceramistas tradicionais da cidade sobre os interditos estabelecidos por membros da comunidade local e as tentativas de silenciar manifestações culturais de origem africana.

BIBLIOGRAFIA

- AGIER, Michel. 2001. DISTÚRBIOS IDENTITÁRIOS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO. In *Mana*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, Oct. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132001000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08 Jan. 2012.
- ALENCASTRE, J. M. P. 1979. *Anais da Província de Goiás – 1863*. SUDECO, Goiânia.
- CAMPOS, Iara Barcelos. 2012. *Mãos Oleiras: a cerâmica vilaboense dos séculos XVIII e XIX*. Monografia de final de curso de graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás, Goiás.
- BENJAMIN, W. 1987. *Experiência e pobreza*. In *Obras escolhidas - I*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed. Brasiliense, São Paulo.
- BERGSON, Henri. 1999. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Martins Fonte, São Paulo.
- BHABHA, Homi K. 1994. *O local da cultura*. Ed. UFMG, Belo Horizonte.
- BOSI, Eclea. 2004. *Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê editorial, 2004.
- _____. 2009. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. Companhia das Letras, São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre. 1992. *Economia das trocas simbólicas*. Perspectiva, São Paulo.
- DE CERTEAU, Michel de. 2006. *A Escrita da História*. Universitária, Rio de Janeiro.
- COELHO, G. N. 1997. *A formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de Vila Boa*. Dissertação de Mestrado em História, UFG, Goiânia.
- DOSSIÊ. 1999. *Proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade*. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, Goiânia.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. 2004. *Memória, História, Testemunho*. In BRESCIANI S. & NAZARA, M. *Memória e (Res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Editora da Unicamp. Campinas, SP.

- HALL, Stuar. 2009. *Da Diáspora: identidade e mediações culturais*. Editora UFMG, Belo Horizonte.
- HODDER, Ian. 1988. *Interpretacionen arqueologia: corrientes actuales*. Editorial Critica, Barcelona.
- JONES, Andrew. 2004. *Archaeological theory and scientific practice: topics in contemporary archaeology*. Cambridge University Press
- KARASCH, Mary C. 2010. Construindo comunidades: As Irmandades dos pretos e pardos no Brasil Colonial e em Goiás. *Hist. R.*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 257-283. Acesso em Jan. 2012. Disponível em: <http://www.yale.edu/glc/john-brown/karasch-paper-portuguese.pdf>
- LIMA, Tânia A. 2007. Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação. In IPHAN, *Revista do Patrimônio*, v. 33. pp. 05-21. São Paulo.
- MAGALHAES, Agenor Couto de. 1945. *Encantos do Oeste*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.
- MARTINS, G. 1996. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. Editora Universitária da UFPE, Recife.
- NADALINI, Ana Paula. 2009. *Comida de Santo na Cozinha dos Homens: um estudo da ponte entre alimentação e religião*. Dissertação de Mestrado, UFP. Curitiba.
- NORA, Pierre. 1993. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. Trad: Yara AunKhoury, In *Projeto História*. PUC-SP, n. 10, p7-28, Dez. São Paulo. Acesso em Janeiro 2012. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). 1999. *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Contra Capa Livraria Ltda, Rio de Janeiro.
- PITÁGORAS, J. 1971. Folclore e arte popular em Goiás. In MOTA, Ático Vilas Boas & GOMES, Modesto (Org.) *Aspectos da Cultura Goiana*. Oriente, Goiânia. pp.170-173.
- PROUS, André. 1992. *Arqueologia Brasileira*. Editora UnB, Brasília.
- RIBEIRO, Darcy. 1957. *Culturas e línguas indígenas no Brasil*. Ministério da Educação e Ciências Sociais, Rio de Janeiro.

ROCHA, Leandro Mendes et ali. 2001. Atlas Histórico Goiás Pré-Colonial e Colonial. Editora Cecab, Goiânia.

_____. Leandro Mendes. 1998. O Estado e os Índios: Goiás 1850-1889. Ed. UFG, Goiânia.

ROSA, Helena. 2007. História Oral e Micro-história: aproximações, limites e possibilidades. In Anais do IV Encontro Regional Sul De História Oral Anais Eletrônicos - Nº 01 / 2007 Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Helena%20Rosa.pdf>

SAMUEL, Raphael. 1997. Teatro da Memória. In Projeto História Nº. 14, p. 125-136. Brasília.

SILVA, Aracy Lopes da e GRUPIONI, Luiz Donizete B. 1995. A temática indígena na escola – novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. MEC/MARI/UNESCO, Brasília.

TAMASO, I. 2007. Em nome do Patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Tese de Doutorado, UnB, Brasília.

TAUNAY, A. 1961. História das Bandeiras Paulistas. Edart, São Paulo.

TELES, José Mendonça. Vida e Obra de Silva e Souza.

TENÓRIO, Maria Cristina (org). 1999. Pré-história da Terra Brasília. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro.

